

Capital de risco, a saída

Da Correspondente

São Paulo — O economista Julian Chacel, diretor da Fundação Getúlio Vargas, condicionou ontem o processo de reaquecimento econômico à adoção de uma política que inclua uma total ruptura entre as taxas de juros internacionais e as domésticas (desdolarização), uma maior entrada de capital de risco e um programa de investimento cujo prazo de maturação seja breve e apresente uma abordagem modular.

Ele abriu o ciclo de debates promovido pela Associação Comercial de São Paulo, em comemoração aos 90 anos de existência da entidade, cujo objetivo é fornecer sugestões à próxima administração federal na área econômica, que permitam a reativação do setor.

Mas, segundo o próprio Chacel, o receituário indicado só deverá ser adotado de forma a produzir efeitos a partir de 1985, e não de imediato, porque o processo de desenvolvimento econômico está totalmente vinculado ao sistema de renegociação e de pagamento da dívida externa em vigor. "O ano de 1984 está completamente perdido, mesmo porque o quadro difuso e confuso do processo sucessório está dificultando os entendimentos com os credores internacionais", assinalou.

Segundo Chacel, é fundamental que as taxas de juros venham a baixar no mercado interno — "não vejo possibilidade de se patrocinar uma política de combate à inflação", acrescentou, "sem que se ponha na mesa o atual esquema de renegociação da dívida externa. Pelo quadro atual, os juros internacionais estão sendo internacionalizados, e gostaria de sublinhar que talvez algum dia, a renegociação pudesse deixar o plano técnico-financeiro para passar para o plano político". O economista também lembrou que, no início da década de 70, o déficit do balanço de pagamento em conta corrente, correspondente à poupança externa, representava um décimo da formação total de capital, no final da mesma década, essa proporção aumentou para um quinto, em consequência do enorme apelo aos empréstimos externos". No que se refere ao financiamento de investimentos, eu diria que é mais prudente ter uma proporção maior de capital de risco do que de empréstimos, uma vez que estes obrigam a uma remuneração de natureza contratual, ao passo que o capital de risco só retorna ao país de origem com restrições", observou.

Essa política de investimentos, insistiu, só pode ser examinada sob a perspectiva de longo prazo e não se podem encontrar soluções estratégicas de reaquecimento econômico, sem que haja a necessária conjugação entre as questões financeiras, fiscais e o lado físico, real da produção.

Chacel também coloca que não há evidentemente condições de se fazer a economia brasileira passar de uma fase cíclica de contração para outra, de expansão, independente do desempenho da economia mundial". Mas de qualquer forma, existem alguns elementos, como os que citei, sobre os quais a vontade nacional há de prevalecer".

Ele preferiu não responder se o próximo ciclo da economia brasileira será positivo ou negativo, "porque isso seria prejudicar a formulação de uma política econômica de uma nova administração federal, que dependerá em 1º lugar do presidente, seu comportamento, configuração doutrinária e estilo de governo". Defendeu a idéia entretanto de que "uma política de investimentos perfeitamente conjugada a um planejamento de médio e longo prazos é indispensável para se promover a reativação econômica". "Não há fórmulas milagrosas, nem soluções a curto prazo", ressaltou.

Recusando-se a comentar os próximos índices de "por estar em São Paulo em caráter particular", ele afirmou, porém, que a desindexação seria interessante para amenizar os efeitos inflacionários. "Em relação aos salários, já há uma desindexação, mas a meu ver isso deveria ser estendido aos ativos financeiros, porque combater a inflação simplesmente resulta do fato de que uma nação, qualquer que ela seja, tenta inutilmente viver acima dos seus meios. Revertera situação implica que todas as camadas sociais aceitem sua dose de sacrifício e não se apeguem à idéia dos direitos adquiridos".

Na opinião do economista e professor, a grande pergunta que fica no ar é — "se se aplicar um redutor à correção monetária, o que fazer com a taxa de câmbio?" Ele mesmo responde, afirmando que a taxa de câmbio deveria ser ajustada a um índice mais específico, composto pelos bens que formam a pauta de comércio exterior do Brasil, e não por um índice genérico, que muitas vezes incorpora preços de bens e serviços não objetivos de transações no mercado internacional, e cujo efeito só se faz sentir na economia interna. "Evidentemente, prossegue, isso supõe uma negociação com o FMI tal como as que se referem às condições de correção monetária e de correção cambial estabelecidas na quarta carta de intenção". Como há uma quinta carta em preparação, ele espera que talvez sua sugestão possa vir a ser acolhida. Ao analisar a possibilidade de extinção total da correção monetária, ele sublinhou que ela acontecerá "automaticamente no dia em que a taxa de inflação baixar a um nível socialmente tolerável, que ele indicou ser o de 10% ao ano. "Mas por enquanto essa taxa está fora dos padrões ao sul do Equador", reconheceu.